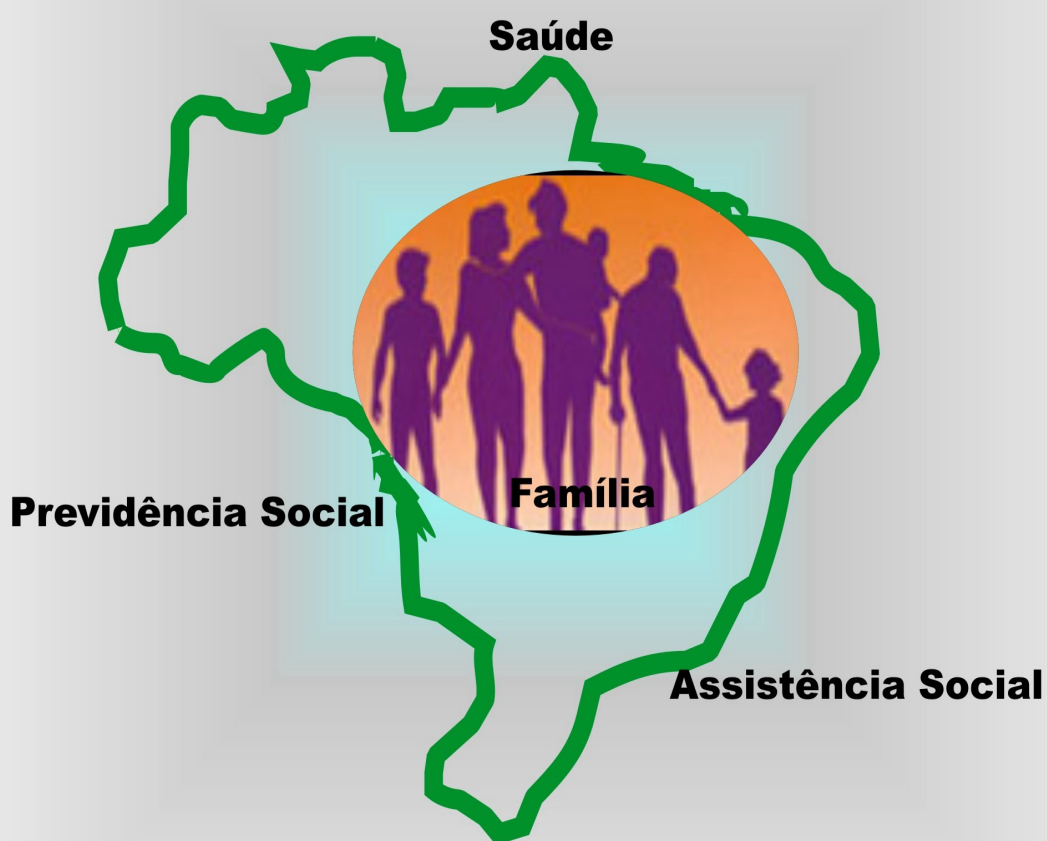


Câmara dos Deputados

Comissão de Seguridade Social e Família



Relatório 2006

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Presidente
Deputado Simão Sessim



1º Vice-Presidente
Dep. Vanderlei Assis



2º Vice-Presidente
Dep. Nazareno Fonteles



3º Vice-Presidente
Dep. Dr. Benedito Dias

MEMBROS DA COMISSÃO

TITULARES

Almerinda de Carvalho	PMDB-RJ
Amauri Gasques	PL -SP
Angela Guadagnin	PT-SP
Arnaldo Faria de Sá	PTB-SP
Dr. Benedito Dias	PP-AP
Dr. Francisco Goncalves	PTB-MG
Dr. Ribamar Alves	PSB-MA
Dr. Rosinha	PT-PR
Eduardo Barbosa	PSDB-MG
Elimar Máximo Damasceno	PFL/PRONA-SP
Fernando Gonçalves	PTB-RJ
Geraldo Resende	PPS-MS
Guilherme Menezes	PT-BA
Jandira Feghali	PC do B-RJ
Jorge Alberto	PMDB-SE
Jorge Gomes	PSB-PE
José Linhares	PP-CE
Luiz Bassuma	PT-BA
Manato	PDT-ES
Nazareno Fonteles	PT-PI
Osmar Terra	PMDB-RS
Rafael Guerra	PSDB-MG
Raimundo Gomes de Matos	PSDB-CE
Reinaldo Gripp	PL-RJ
Remi Trinta	PL-MA
Roberto Gouveia	PT-SP
Saraiva Felipe	PMDB-MG
Simão Sessim	PP-RJ
Suelv Campos	PP-RR
Teté Bezerra	PMDB-MT
Thelma de Oliveira	PSDB-MT
Vanderlei Assis	PP-SP
Zelinda Novaes	PFL/PRONA-BA

SUPLENTES

Antonio Joaquim	PSDB-MA
Beniamin Maranhão	PMDB-PB
Celcita Pinheiro	PFL/PRONA-MT
Chicão Brígido	PMDB-AC
Colbert Martins	PPS-BA
Darcísio Perondi	PMDB-RS
Durval Orlato	PT-SP
Edir Oliveira	PTB-RS
Eduardo Paes	PSDB-RJ
Feu Rosa	PP-ES
Fernando de Fabinho	PFL/PRONA-BA
Iberê Ferreira	PSB-RN
Jamil Murad	PC do B-SP
João Batista	PP-SP
Kellv Moraes	PTB-RS
Leonardo Vilela	PSDB-GO
Lincoln Portela	PL-MG
Lúcia Braga	PMDB-PB
Maninha	PSOL-DF
Mario Heringer	PDT-MG
Nice Lobão	PFL/PRONA-MA
Nilton Baiano	PP-ES
Orlando Desconsi	PT-RS
Osmânio Pereira	PTB-MG
Ronaldo Caiado	PFL/PRONA-MG
Ronaldo Dimas	PSDB-TO
Selma Schons	PT-PR
Silas Brasileiro	PMDB-MG
Tarcísio Zimmermann	PT-RS
Telma de Souza	PT-SP
Walter Barelli	PSDB-SP
Waldemir Moka	PMDB-MS

Atualizado em 30.11.06

CORPO TÉCNICO

<i>Gardene Maria Ferreira de Aguiar</i>	Secretária de Comissão
<i>Ronaldo César da Silveira</i>	Assistente de Comissão
<i>Maria do Socorro Diniz da Cruz</i>	Assistente de Comissão
<i>Eliane de Souza Cavalcanti Gontijo</i>	Assistente de Comissão
<i>Elizabeth Gomes de Lima</i>	Encarregada de Setor
<i>Cícero Severino da Silva</i>	Encarregado de Setor
<i>Maura Frota Lopes</i>	Encarregada de Setor
<i>Everaldo Feitosa Costa</i>	Encarregado de Setor
<i>Valéria Pereira Nunes</i>	Adjunto de Secretário de Comissão
<i>Carlos Domingos Bimbato</i>	Encarregado de Setor
<i>Cláudia Ribeiro Vieira de Mello</i>	Secretária da Presidência
<i>César Luís Giradi</i>	Assessor da Presidência
<i>Cláudia Helena Leite Souza</i>	Assessora da Presidência
<i>Olavo Dalcanale Rigon Neto</i>	Assessor da Presidência
<i>Haroldo Siqueira Leonetti</i>	Assessor da Presidência

SUMÁRIO

	Pág.
1. APRESENTAÇÃO	09
2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	11
3. SEMINÁRIOS	19
4. PROJETOS APRECIADOS NA COMISSÃO	
4.1 Aprovados	21
4.2 Rejeitados	28
5. EMENDAS DA COMISSÃO	
5.1 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	34
5.2 Lei Orçamentária Anual – LOA	34
6. GRÁFICOS	35

I. APRESENTAÇÃO

Em ano eleitoral, as atividades legislativas se restringem à agenda dos parlamentares integrados nas campanhas em seus Estados. Por outro lado, o ano de 2006 foi pontuado de denúncias geradoras de Comissões Parlamentares de Inquéritos/CPIs contribuindo também para dificultar o andamento dos trabalhos na Casa. No entanto, a Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF, mais uma vez demonstrou a capacidade de determinação quando o interesse se revela de convergência nacional. Os Parlamentares que constituem a Comissão, em esforço conjunto, mantiveram suas atividades legiferantes realizando 21 (vinte e uma) Reuniões Deliberativas, 11 (onze) Audiências Públicas e 03 (três) Seminários.

Nas Reuniões Deliberativas foram apreciadas 185 (cento e oitenta e cinco) Proposições: 68 Projetos de Lei aprovados (incluindo os apensados): 84 (oitenta e quatro) Projetos de Lei rejeitados; e 33 (trinta e três) Requerimentos.

Inegável a importância de cunho nacional de todas as Audiências Públicas, não obstante pode-se destacar a presença do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Senhor Patrus Ananias (em 26/04) que trouxe à luz e à aprovação segura do Projeto de Lei nº 6.047, de 2005, que trata da tão meritória Lei de Segurança Alimentar, estabelecendo princípios e diretrizes para incluir a alimentação no campo das políticas públicas e direito de todo cidadão. Também merece destaque, a Audiência realizada em 27/04, para discutir aspecto da saúde pública brasileira no que se refere à prevenção, diagnóstico e tratamento da hipertensão arterial, problema que atinge grande parcela da população, de forma silenciosa e perigosa, e que incide em outras graves doenças. Por sua vez, o debate sobre obesidade (em 21/11) refletiu a necessidade premente de se tomar providências urgentes no sentido de educar a população brasileira com relação à alimentação saudável.

O Seminário sobre População Específica com Necessidades Específicas: Ações Estratégicas Na Saúde atingiu, entre outros, o objetivo específico de aprofundar a discussão sobre a importância de se focalizar as ações da saúde em determinados segmentos da sociedade. Por sua vez, o Seminário Segurança Alimentar e Hortas Comunitárias obteve ampla discussão sobre o tema, e ressaltou o valor da inclusão social, como instrumentos da horta comunitária e da agricultura urbana e garantia de alimentação adequada.

O II Fórum sobre Políticas Públicas em Saúde e Doenças do Homem trouxe à tona questões consideradas ainda tabú por muitos homens. Delineou programas e estratégias voltados para a saúde urológica masculina e contou com a participação da Sociedade Brasileira de Urologia e convidados de relevante atuação profissional.

Finalmente, a Comissão apresentou 05 (cinco) emendas ao Orçamento da União/2007, das quais 03 (três) para a área da saúde e 02 (duas) para a área de assistência social.

De acordo com o acima exposto, são notórios o ânimo e o valor empreendidos por este colegiado para que o conjunto das questões sociais possam ser o máximo possível dirimidos dentro de uma perspectiva democrática e suprapartidária.

Deputado **SIMÃO SESSIM**
Presidente

II. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1. ***“AS DOENÇAS PNEUMOCÓCICAS E MENINGOCÓCICAS, E SUAS CONSEQUÊNCIAS” E “DISCUTIR AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PREVENÇÃO DAS DOENÇAS EPIDEMIOLÓGICAS NO BRASIL”***

Data: 11/04/2006

Esta Reunião de Audiência Pública ocorreu nos termos do Requerimento de autoria dos Deputados Dr. Francisco Gonçalves e Jorge Alberto, aprovado por esta Comissão e teve por objetivo discutir *“As doenças pneumocócicas e meningocócicas, e suas consequências” e “as políticas públicas para a prevenção das doenças epidemiológicas no Brasil”*. Foram convidados os Senhores: Dr. **Expedito Luna**, Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Dr. **Ricardo Ohira**, Presidente do Instituto Brasileiro de Prevenção às Doenças Pneumocócicas e Meningocócicas – PneumoMening, Dr. **Marco Aurélio Sáfadi**, Médico Especialista em Infectologia e Pediatria, Dr. **Edimilson Migowski**, Professor Adjunto de Infectologia Pediátrica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Dr. **Eitan Berezin**, Médico Infectologista membro da Sociedade Brasileira de Pediatria. No decorrer da Audiência foi apresentado o programa de Vigilância e Controle das Meningites e Infecções Pneumocócicas no Brasil, demonstrando-se que o pneumococo é a principal causa de infecção em recém-nascidos e em crianças de até dois anos, sendo também o agente responsável por quarenta e cinco por cento das pneumonias adquiridas e por um milhão entre cinco milhões de mortes em crianças abaixo de cinco anos em países pobres; ressaltou-se que o Brasil tem um dos maiores programas de vacinação no mundo e que foi por meio desse programa que várias doenças, como poliomelite, influenza em idosos e sarampo foram praticamente exterminadas; foram apresentados os CRIEs - Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais; elucidou-se o impacto da vacina conjugada nas infecções pneumocócicas e meningocócicas em países que adotaram a imunização de rotina, como Estados Unidos, Europa e Reino Unido; foi abordada a história da vacina e os seus resultados efetivos na redução e eliminação de doenças; enfatizou-se o custo de internação de pacientes acometidos pela meningite e a necessidade de se melhorar no que diz respeito à consideração de efeitos causados pelas seqüelas, como gastos futuros e perdas pessoais da pessoa seqüelada.

2. ***“ DISCUTIR SOBRE OS RISCOS ENVOLVIDOS NA UTILIZAÇÃO, PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DA TOXINA BOTULÍNICA CHAMADA PROSIGNE UTILIZADA, PRINCIPALMENTE POR PACIENTE COM PARALISIA CEREBRAL”.***

Data: 18/04/2006

Com a finalidade de *“discutir sobre os riscos envolvidos na utilização, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, da toxina botulínica chamada Prosigne utilizada, principalmente por paciente com paralisia cerebral”*, e originária de Requerimento de autoria dos Deputados Fernando Gabeira e Rafael Guerra, esta Reunião de Audiência Pública teve como convidados os Senhores: **Cláudia Fonseca Pereira**, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; **Delson Silva**, Neurologista membro da Academia Brasileira de Neurologia; **Elenita Ferreira de Macedo**, Presidente da Associação Brasileira dos Portadores de Distonia; e **Lúcio Coelho David**, Administrador e Presidente de Honra da Associação de Paralisia Cerebral do Brasil. Foi realizado

debate sobre denúncia grave referente à bula do medicamento PROSIGNE, e questionamentos ao Ministério Público com relação ao fato de estar inclusa na bula a observação de que o medicamento era proibido para crianças abaixo de doze anos de idade - sendo que o tratamento deveria ser iniciado o mais cedo possível - e que, após a queixa, a bula do medicamento fora alterada, sendo excluída a restrição da idade, tendo sido entregue à Comissão o original das duas versões da bula do medicamento PROSIGNE.

3. “DEBATER O PL 6047, DE 2005, QUE TRATA DA LEI DE SEGURANÇA ALIMENTAR”

Data: 26/04/2006



Esta reunião de Audiência Pública foi convocada para receber o Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Senhor **Patrus Ananias de Sousa**, por iniciativa do próprio Ministro, mediante entendimentos com a Presidência da Comissão, para prestar *esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 6.047, de 2005, "que trata da Lei de Segurança Alimentar"*, com a participação do Senhor **Francisco Menezes**, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar/CONSEA. Foi ressaltado o fato de que a Constituição de 1988 estabeleceu um novo patamar na questão das políticas sociais, colocando a Assistência Social no campo das políticas públicas, vinculando-a à previdência e à saúde e que de lá para cá houve leis civilizatórias, como a Loas, o Estatuto do Idoso, a Lei que instituiu o Bolsa Família e que era nesse contexto que este PL se inseria; lembrou-se que o Brasil estava vivendo um momento muito importante porque além dos avanços quantitativos em termos de investimentos na área social, havia também um avanço qualitativo, com o estabelecimento de políticas sociais integradas; foram lembradas pessoas que ajudaram a pautar a alimentação no campo do direito e não no da filantropia, ou sejam, Josué de Castro, Betinho e Dom Hélder Câmara, como personalidades simbólicas e representantes de todos que participaram do processo de construção deste Projeto, com o intuito de incluir a alimentação no campo das políticas públicas; discorreu-se sobre a estratégia que foi construída junto com o CONSEA, dentro de uma linha mais enxuta e flexível, firmando princípios e diretrizes que estabelecessem o direito fundamental à alimentação para que a partir daí se

construíssem outros avanços, com circunstâncias mais específicas.

4. “*DISCUTIR ASPECTO DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA NO QUE SE REFERE A PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL*”

Data: 27/04/2006

Reunião convocada nos termos do Requerimento de autoria do Deputado Rafael Guerra, e aprovado por esta Comissão, para *“discutir aspecto da Saúde Pública Brasileira no que se refere à prevenção, diagnóstico e tratamento da Hipertensão Arterial”* e que teve como convidados: **Dra. Rosa Sampaio**, Coordenadora do Programa de Hipertensão e Diabetes do Ministério da Saúde, **Dr. Weimar Sebba**, Diretor Financeiro do Departamento de Hipertensão Arterial da Sociedade Brasileira de Cardiologia, e **Dr. Robson Santos**, Presidente da Sociedade Brasileira de Hipertensão. Foi lembrado o Dia Nacional de Hipertensão Arterial, comemorado no dia anterior, e ressaltada a preocupação mundial com as doenças crônicas por serem a causa de sessenta por cento de todas as mortes no mundo, sendo uma epidemia negligenciada, principalmente nos países em subdesenvolvimento onde havia a fome, a subnutrição e as mortes causadas no puerpério; lembrou-se o impacto que sofrem as famílias quando um dos membros, na maioria das vezes o provedor, era acometido de uma dessas doenças, com grande repercussão na renda familiar e no desenvolvimento e que a obesidade já atingia as crianças comumente e que uma bomba relógio estava sendo armada para as novas gerações, uma vez que o subdesenvolvimento associado às condições culturais, sociais, à globalização, urbanização e do envelhecimento da população juntamente com os fatores de risco conduziam ao aumento da pressão arterial, da glicose, às dislipidemias e à obesidade, que por sua vez, levavam às grandes causas de morte no mundo, quais fossem as doenças cardiovasculares, incluindo AVC, câncer, as doenças respiratórias e a diabetes; salientou-se que a doença crônica não podia ser tratada por demandas espontâneas e que exigia cuidado longitudinal; que a política nacional foi desenvolvida de acordo com os princípios básicos do SUS, que a população geral teria que estar sendo cuidada por políticas de promoção da saúde, no sentido amplo, porque tinha quatro grandes fatores de risco: a obesidade, o sedentarismo, o tabagismo e o alcoolismo; lembrou-se que a dificuldade de diagnóstico, de tratamento e controle devia-se ao fato da natureza assintomática da doença, muitas vezes de natureza multifatorial ou com poucos sintomas; chamou-se a atenção para o fato de que no Brasil havia apenas seis e meio por cento de pacientes com hipertensão controlada estando muito aquém das metas estabelecidas e comparou-se os dados dos Estados Unidos com os do Brasil e que a doença, que acometia um em cada quatro brasileiros, era a terceira causa de morte no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde/OMS; e, por fim, sugeriu-se que os programas de educação continuada fossem intensificados com participação mais articulada do governo com a sociedade.

5. “*DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS, A APLICABILIDADE DA LEI 7802 DE 1989 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E O IMPORTANTE TRABALHO DESENVOLVIDO PELO INPEV – INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS*”.

Data: 09/05/2006

Esta Reunião de Audiência Pública teve a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e foi convocada nos termos de Requerimento do Deputado Dr. Francisco Gonçalves para *“debater a Política Nacional de Recolhimento de embalagens vazias de*

agrotóxicos, a aplicabilidade da Lei 7.802 de 1989 e suas alterações posteriores e o importante trabalho desenvolvido pelo INPEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias". Compuseram a Mesa os seguintes convidados: Sr. **João César Rando**, Presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – INPEV; e Sr. **Cristiano Walter Simon**, Presidente da Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEV, Presidente da Câmara Temática de Insumos agropecuários - CTIA do Ministério da Agricultura e Representante das Empresas Fundadoras do INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias. Lembrou-se que o Brasil é o único país a ter lei regulando a matéria e que ocupa papel de destaque, recolhendo mais embalagens que os maiores países do mundo. O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias não recebe recursos e que estes provêm dos agricultores ou de cooperativas de fornecedores, por exemplo. O ICMS é pago sobre as embalagens retiradas. Ressaltou-se que há recicladores clandestinos que podem estar utilizando de maneira errada as embalagens vazias e enfatizou a preocupação quanto à exploração do trabalho infantil e ao desmatamento. Solicitou-se o apoio do legislativo e ressaltou-se ainda a necessidade de ampliação e investimento no marketing internacional.

6. “DEBATER O PL 5773/05, E APENSOS, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA ESPECIAL DE INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA”

Data: 23/05/2006

Nos termos do Requerimento da Deputada Jandira Feghali, esta Reunião de Audiência Pública teve por finalidade *"debater o PL 5773/05, e apensos, que dispõe sobre o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária"*. Os convidados foram os senhores **Flávio Tonelli Vaz**, Representante do Corpo Técnico de Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP; **Epitácio Luiz Epaminondas**, Dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Central Única dos Trabalhadores - CUT; **Paulo José Zanette** - Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e representante da Força Sindical. Iniciou-se o debate apresentando a projeção do número de indivíduos com 60 anos ou mais e apresentando a estimativa da porcentagem de idosos e de pessoas que recebem salário mínimo ou menos. Lembrou-se a dona de casa com mais de 60 anos que não tem nenhuma renda ou recebe aposentadoria e foi sugerida a inclusão das donas de casa no Sistema Previdenciário, apresentando alternativas para dar sustentação ao direito das donas de casa, estendendo também ao trabalhador de baixa renda que trabalha em sua residência. Quanto ao trabalhador rural, o governo criou sistemas que dessem suporte ao abastecimento da classe e foi sugerido que haja também a contribuição rural. Em um breve histórico, lembrou-se que a partir da década de 90 houve uma transformação do quadro de trabalhadores em que aumentou o número de desempregados, a remuneração caiu, aumentou a informalidade e a precarização da remuneração dos trabalhadores com a queda do salário mínimo abrangendo todos os empregos formais. O debate ressaltou que a Inclusão Previdenciária é o que sustenta a Seguridade Social e propôs a ampliação do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Para a construção civil, sugeriu a implementação de medidas de proteção intensiva de mão de obra e medidas de desoneração fiscal. Para o trabalhador por conta própria, sugeriu diminuir a contribuição do autônomo de acordo com a renda, lembrando que 20% linear não é justo visto as diferenças de salários. Lembrou, ainda, que é essencial a contribuição, pois não há previdência sem ela e propôs que ao atingir a idade para a aposentadoria, dever-se-ia parcelar as contribuições faltantes.

7. “DEBATER OS CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO E REPASSE DE RECURSOS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS, CONSIDERANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ¹⁴

8080/90 E AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SEUS FORUNS DE DELIBERAÇÃO”.

Data: 24/05/2006

Nos termos do Requerimento de autoria da Deputada Jandira Feghali, aprovado por esta Comissão para *"debater os critérios de financiamento e repasse de recursos aos Estados e Municípios, considerando a Constituição Federal, a Lei 8080/90 e as medidas administrativas do Ministério da Saúde e seus fóruns de deliberação*, foi convidado para compor a Mesa, desta Audiência Pública, o Senhor **José Carlos de Moraes**, Diretor do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde. Foi feito um resgate de como se dava o processo de alocação de recursos principalmente assistenciais, na prática adotada e pactuado na tripartide na implantação do SUS, e lembrado como fundamental o fato de que o quê foi previsto na Constituição e na Lei Orgânica da Saúde, no art. 35, teve grande dificuldade de regulamentação tendo sido utilizadas as chamadas normas operacionais; referiu-se ao fato de que a forma de transferência global para Estados e Municípios foi estruturada com base na capacidade de produção, preservando a estrutura e que, em 96, procurando atingir um processo de equidade na distribuição, mudando as formas de habilitação para os Estados e Municípios os recursos passaram a agregar as transferências para a atenção básica, e todo o componente variável; foi introduzida, como forma de financiamento e de transferência, as questões das vigilâncias em saúde, o financiamento da vigilância epidemiológica e sanitária, permanecendo os critérios de alocação da média e alta complexidade para assistência ambulatorial e hospitalar na mesma lógica de alocação, ou seja, na série histórica de capacidade e de produção instalada; lembrou-se o Fundo de Ações Estratégicas e Compensação/FAEC, e a Emenda Constitucional que estabeleceu os montantes mínimos de alocação de recursos e ressaltou-se que os critérios produziram um conjunto de variáveis específicos para cada Estado; ressaltou a equipe de profissionais que tem realizado, no Ministério, um conjunto de estudos no sentido de trabalhar com base na necessidade da população fugindo do perfil da capacidade instalada, visto que havia grande concentração de serviços no sul e sudeste em detrimento do norte e nordeste, especialmente no norte, e que os recursos transferidos de média e alta complexidade eram feitos com base na capacidade de produção de determinados serviços independente da população assistida; destacou-se que a atenção básica era muito relevante assim como a média e alta complexidades, e que era fundamental trabalhar com indicadores e índices que ponderassem a necessidade da população e que a proposta aqui representada não caminhava nesse sentido. Foi refletida a necessidade de se completar a igualdade entre as regiões do país e que o Projeto estava contra a lógica que havia sido estabelecida a partir da LOAS e da EC 29 e solicitou-se uma atualização de quem cumpria a Emenda Constitucional 29.

8. **“ESCLARECIMENTOS SOBRE A AUTORIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS ANOREXÍGENOS QUE POSSUEM CAPACIDADE DE CAUSAR DEPENDÊNCIA FÍSICA E PSÍQUICA; ESCLARECIMENTOS SOBRE O FRACIONAMENTO DE MEDICAMENTOS; ESCLARECIMENTOS SOBRE O REGISTRO E A UTILIZAÇÃO, PELO SUS, DA TOXINA BOTULÍNICA CHAMADA PROSIGNE, UTILIZADA PRINCIPALMENTE POR PACIENTES COM PARALISIA CEREBRAL; APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANVISA NO EXERCÍCIO DE 2005”.**

Data: 06/06/2006



A requerimento dos Deputados Almerinda de Carvalho, Osmânio Pereira, Rafael Guerra e Fernando Gabeira, o Senhor Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA, **Dirceu Raposo de Mello** prestou esclarecimentos sobre a autorização e comercialização de medicamentos anorexígenos que possuem capacidade de causar dependência física e psíquica; sobre o fracionamento de medicamentos; sobre o registro e a utilização, pelo SUS, da toxina botulínica chamada PROSIGNE, utilizada principalmente por pacientes com paralisia cerebral; e apresentou o Relatório de Prestação de Contas da Anvisa no exercício de 2005.

9. “ESCLARECIMENTOS ACERCA DA DISCUSSÃO EM TORNO DO PL 1300/99, QUE FAZ ALTERAÇÕES NA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”

Data: 08/06/2006

Requerimento de autoria do Deputado Roberto Gouveia, aprovado por esta Comissão, para prestar *“esclarecimentos acerca da discussão em torno do PL 1300/99, que faz alterações na Lei nº 069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente”*, trouxe como convidados os Senhores **Gelson Machado Guarçoni**, Diretor de Relações Internacionais da Unafisco Sindical; **Eduardo Szazi**, Representante do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas/GIFE; **Rubens Naves**, Presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; **Marcus Funch**, Diretor Executivo do Instituto Telemig Celular; **Claudio Augusto Vieira da Silva**, Conselheiro Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA; e **Laura Oltramare**, Coordenadora da Área de Educação e Desenvolvimento Sustentável do Banco Real. Nesta audiência, foi ressaltado que as emendas ocorridas no Senado prejudicaram a intenção central do Projeto que era a de facilitação da pessoa física para redirecionar os recursos; que o Brasil tinha o nono maior PIB do mundo e que era o primeiro da América latina, apresentando uma renda per capita de três mil e noventa dólares, e que havia uma discrepância na distribuição do PIB e o gasto público federal, havendo inversão de valores entre os gastos do PIB com o social e com a dívida pública; ponderou-se o papel da sociedade civil, do empresariado e o investimento social na criança

e no adolescente como compatível com o porte da empresa; que a Constituição de 88 era considerada a Constituição cidadã porque havia criado instrumentos de participação da sociedade na gestão de recursos públicos. Houve, ainda, uma leitura do Brasil em termos de índice de desenvolvimento e de exclusão social, alertando-se para o fato de que os Conselhos tinham pouca infra-estrutura, informação, ausência de planejamento e deficiência na regulamentação e discutiu-se qual seria o papel das prefeituras; que se fazia necessário o engajamento do servidor público juntamente com a sociedade civil organizada; e, por fim, concluiu-se que se não houvesse investimento na criança e no adolescente no presente, não teria como se obter melhores índices de desenvolvimento no futuro.

10. “DEBATER A SITUAÇÃO DOS CENTROS CREDENCIADOS A REALIZAR O TESTE DO PEZINHO”

Data: 20/06/06

“Debater a situação dos Centros credenciados a realizar o Teste do Pezinho” foi o objetivo desta Audiência Pública, a requerimento do Deputado Eduardo Barbosa, com os seguintes convidados: Sr. **José Alcides Marton**, Presidente da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal/UNISERT; Sr. **Joselito Pedrosa**, Coordenador Adjunto da Coordenação Geral de Alta e Média Complexidade do Ministério da Saúde; Sr. **Marcos José Burle de Aguiar**, Coordenador do Serviço Especial de Genética do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais; e Sra. **Aracélia Lúcia Costa**, Tesoureira da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal/UNISERT. Foi feito um breve histórico da triagem neonatal, levantando-se dados desde 1976 com a primeira iniciativa do teste do pezinho em São Paulo, até os dias atuais, abordando as fases de credenciamento e os Estados habilitados para essas fases e abordaram-se características de doenças passíveis da respectiva triagem e diferenças existentes com os exames de laboratório; ressaltou-se que a prevenção da doença era o primeiro passo fundamental e que cabia a conscientização da população, inclusive da área médica, assim como a logística para a realização do teste do pezinho; que o exame requeria preparo dos profissionais multidisciplinares e o acompanhamento dos casos positivos; abordou-se a necessidade do reajuste da tabela, a importância das Apaes e da parceria com o Ministério da Saúde; foi dito que havia alguns resultados ainda em andamento como o reajuste na tabela de cinco por cento, a inclusão do teste do suor, a política nacional de atenção aos portadores de fibrose cística e o estudo de impacto para inclusão de novas patologias no programa governamental - os critérios necessários para mudança de fase e as dificuldades que o programa encontrava hoje, tais como, o fornecimento irregular de fórmula de aminoácidos em alguns Estados e a participação dos laboratórios de Triagem Neonatal em programa de Controle de Qualidade Internacional; ressaltou-se que, às vezes havia um embate dos órgãos públicos contra organizações civis desestabilizando ou destruindo serviços, em vez de buscarem formas para caminharem juntos com critérios bem definidos de procedimentos e que o diálogo dos Estados com a sociedade civil era fundamental buscando uma efetiva colaboração; foi lembrado o papel fundamental que as Apaes têm no tratamento das crianças com deficiências e ressaltado o fato de que o maior problema era a precarização dos recursos.

11. “DEBATER A OBRIGAÇÃO DE CONSTAR ADVERTÊNCIA SOBRE RISCO DE OBESIDADE, EM EMBALAGENS DE PRODUTOS ALTAMENTE CALÓRICOS”

Data: 21/11/2006



A reunião foi convocada nos termos do Requerimento de autoria do Deputado Dr. Ribamar Alves e outros, aprovado por esta Comissão para ***"Debater a obrigação de constar advertência sobre risco de obesidade, em embalagens de produtos altamente calóricos"***. Compuseram a Mesa a Dra. **Simone da Cunha Rocha Santos**, Representante do Conselho Federal de Nutricionistas e a Dra. **Mônica Beyrute**, Representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, as quais abordaram aspectos da estratégia global adotada pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde, que recomendam o aumento do consumo de frutas e verduras pela população e a diminuição do consumo de produtos industrializados para o controle da obesidade e a promoção de uma alimentação saudável; destacaram a importância da rotulagem como esclarecimento para a população, mas acompanhada de educação alimentar e prática de atividades físicas, com critérios técnicos mais específicos para a rotulagem dos alimentos; destacou-se a obesidade como um grande problema de saúde pública, e que os alimentos, cada vez mais, têm uma composição complexa dificultando o controle da população sobre aquilo que consome, de tal modo que as embalagens não deveriam trazer apenas a informação de que o alimento seria calórico, mas também informações sobre os nutrientes que o compõem e suas consequências; o Projeto em questão foi defendido como de utilidade pública, que a obesidade era um capítulo em todos os livros de medicina interna e que, por ser uma doença, o alerta deveria ser acompanhado de uma estratégia nutricional ampla, lembrando que a obesidade era um 'gatilho' para outras doenças que atingia todas as camadas sociais, sendo a obesidade infantil com hipertensão algo a se preocupar; concluiu-se que a prevenção ainda era o melhor tratamento.

III. SEMINÁRIOS

1 ***"POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: AÇÕES ESTRATÉGICAS NA SAÚDE"***

Data: 25/04/06

Este Seminário teve por objetivo geral debater as ações programáticas estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde e, mais especificamente, objetivou aprofundar a discussão sobre a importância da focalização das ações de saúde em determinados segmentos da sociedade; a necessidade de fortalecimento político dessas ações dentro do Ministério da Saúde, as possibilidades de se estabelecer a intersetorialidade das ações de saúde e de assistência social, facilitando o acesso do usuário às políticas setoriais, especialmente aquelas voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, e para a saúde mental, e por fim, extrair propostas para a efetivação das ações.

Composto por várias Mesas e palestrantes, teve como tema de abertura a palestra *‘A Integralidade da Atenção: o que justifica cortes numa política que deve ser para todos?’* e Mesas com temas amplos como ‘Saúde da Pessoa com Deficiência’, ‘Saúde da Criança e do Adolescente’, ‘Saúde da Pessoa Idosa’, ‘Saúde da Mulher’, ‘Saúde do Trabalhador’, ‘Saúde Mental’ e ‘Saúde no Sistema Penitenciário’.

2 “II FÓRUM – “POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE E DOENÇAS DO HOMEM”

Data: 30/05/06

Com vistas a elucidar questões ainda consideradas tabus para os homens e conseqüentemente tratar doenças masculinas de forma clara e preventiva, o Fórum se realizou com ampla discussão, trazendo renomados profissionais da área e contou com a participação efetiva das Forças Armadas.

Os temas abordados com seus respectivos palestrantes foram: ‘A Sociedade Brasileira de Urologia/SBU e a Responsabilidade Social’, Conf. Dr. Sidney Glina - Presidente da SBU; ‘A Política Brasileira em Saúde e o Idoso’, Conf. Dr. Jorge Alexandre Silvestre; ‘Saúde Masculina nas Forças Armadas’, Conf. Contra-Almirante Carlos Edson Martins da Silva, do Ministério da Defesa; ‘A Saúde Urológica do Homem Brasileiro em Debate’, Conf. Dr. Sidney Glina, Presidente da SBU; ‘Neoplasias Urológicas’, Conf. Prof. Dr. Eric Roger Wroclawski; ‘Doenças Benignas da Próstata’, Conf. Prof. Dr. Nelson Rodrigues Netto Jr.; ‘Reposição Hormonal Masculina e Sexualidade’, Conf. Dr. Geraldo Eduardo de Faria; ‘O SUS e a Prática Urológica’, Conf. Dr. César Augusto Bortoluzzo; ‘DST e a População Masculina’, Conf. Dr. Eduardo Campos de Oliveira; ‘O Câncer de Pênis no Brasil’, Conf. Dr. Aguinaldo César Nardi; ‘Custo de Campanhas e Rastreamento na Urologia’, Conf. Prof. Dr. Antônio Marmo Lucon; ‘Política Brasileira voltada para a Saúde do Homem’, Conf. Dep. Rafael Guerra da Frente Parlamentar de Saúde; ‘O Programa de Controle Familiar e o Homem’, Conf. Neidil Espinola da Costa; e ‘Estratégias Futuras e a Saúde Masculina’ como tema da discussão ampla realizada com todos os participantes do Fórum e tendo por coordenador o Dr. Sidney Glina.

3 “SEGURANÇA ALIMENTAR E HORTAS COMUNITÁRIAS”

Data: 07/06/06

O Seminário “Segurança Alimentar e Hortas Comunitárias teve por finalidade conhecer e divulgar informações sobre hortas comunitárias e agricultura urbana como importantes instrumentos de inclusão social e garantia de alimentação adequada, de qualidade e em quantidade suficiente para a população que vive em situação de pobreza ou abaixo dela. Por outro lado, o evento procurou também agregar os que financiam, planejam, executam e coordenam a implantação das hortas comunitárias e dos projetos de agricultura urbana: organizações não-governamentais, entidades beneficentes, as três instâncias

de governo, instituições de pesquisa (como a Embrapa e Universidades) e as comunidades atendidas.

Participaram da Mesa de Abertura os Senhores: Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Deputado Simão Sessim, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e o Deputado Feu Rosa, autor do requerimento do Seminário.

Os temas e palestrantes convidados para as demais Mesas foram, respectivamente: Programa de Agricultura Urbana e Hortas Comunitárias: Balanço e Perspectivas de Expansão, Palestrante: Sr. Onaur Ruano - Secretário de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Instalação de 20 Hortas Agro-Ecológicas em Instituições Benéficas do Distrito Federal e Entorno, Palestrante: Prof^o Assis Marinho Carvalho - Engenheiro Agrônomo MSC em Produção Vegetal da Embrapa Hortaliças; Melhoramento de Hortaliças: A Pesquisa a Serviço da Sociedade, Palestrante: Prof. Warwick Estevam Kerr - Professor de Genética da Universidade Federal de Uberlândia; Hortas Comunitárias Urbanas: A Experiência de Santo Antônio do Descoberto/GO, Palestrante: Dra. Flávia Alcântara - Pesquisadora da Embrapa Hortaliças (Fertilidade e Matéria Orgânica do Solo); A Horta Comunitária de Uberlândia, Palestrante: Sr. Carlos Henrique Costa Nazareno, Secretário Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Uberlândia/MG; *Hortas Comunitária de Teresina: Alternativa Econômica, Social e Ambiental*, Palestrante: Professora Juliana Portela Rego Monteiro, Professora da Universidade Estadual do Piauí; A Experiência de Sete Lagoas, Palestrante: Sra. Érika Carvalho, Engenheira Agrônoma Extencionista Agro-Pecuária da EMATER/MG; e A Horta Comunitária como Instrumento de Mobilização Social / A Horta Comunitária como Instrumento de Combate à Fome / O Papel da Sociedade Civil organizada e do CONSEA, Palestrante: Sr. Francisco Menezes - Diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/IBASE e Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar/CONSEA.

IV. PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO

1 PROJETOS APROVADOS

- PL-1008/2003** Da Sra. ANGELA GUADAGNIN - Considera a neoplasia maligna de pele como doença relacionada ao trabalho.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação. Em 21/02/06.
- PL-1128/2003** CARLOS ABICALIL - "Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do professor da Rede Pública de Ensino e dá outras providências".
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela aprovação. Em 21/02/06.
- PL-3835/2004** SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Altera a redação dos arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ), pela aprovação. Em 21/02/06.
- PL-4226/2004** MILTON CARDIAS - Modifica a redação do artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer da Relatora, Dep. Teté Bezerra (PMDB-MT), pela aprovação deste, e do PL 4494/2004, apensado, com substitutivo. Em 21/02/06.
- PL-4286/2004** CELSO RUSSOMANNO - Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que "institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade", para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Celcita Pinheiro (PFL-MT), pela aprovação. Em 21/02/06.
- PL-4881/2005** PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO - Estabelece medidas de prevenção à tortura e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. José Linhares (PP-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 21/02/06.
- PL-5384/2005** EDUARDO BARBOSA - Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas com ostomia.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Milton Cardias (PTB-RS), pela aprovação. Em 21/02/06.
- PL-5395/2005** ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Altera a Lei nº 8.989, de 1995, modificada pelas Leis nº 9.317, de 1996, nº 10.182, de 2001, nº 10.690, de 2003, com a redação dada pela Lei nº 10.754, de 2003, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, nas

	condições que especifica. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação. Em 21/02/06.
PL-5505/2005	SENADO FEDERAL - DELCIDIO AMARAL - Institui o "Dia Nacional de Combate à Psoríase". Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Suely Campos (PP-RR), pela aprovação. Em 21/02/06.
PL-2592/2003	MAX ROSENMANN - Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino universitário e de pesquisa mantidas pelo Poder Público. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Jorge Alberto (PMDB-SE), pela aprovação, com substitutivo. Em 08/03/06.
E.M.S ao PL-4089/1998	ENIO BACCI - Institui o exame ginecológico preventivo gratuito, inclusive exame de mamografia, custeados pelo SUS. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Dr. Francisco Gonçalves (PPS-MG), pela aprovação da EMS 4089/1998. Em 12/04/06.
PL-6240/2005	SANDRA ROSADO - Altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PFL-RJ), pela aprovação. Em 19/04/06.
PL-6047/2005	PODER EXECUTIVO - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Feu Rosa (PP-ES), pela aprovação deste, da Emenda de Relator 1 da CTASP, da Emenda de Relator 2 da CTASP, e da Emenda de Relator 3 da CTASP. Em 26/04/06.
PL-1185/2003	JOSÉ IVO SARTORI - Dispõe sobre o cancelamento de débitos previdenciários (cota patronal) das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais - APAEs. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com substitutivo. Em 03/05/06.
PL-1893/2003	VIEIRA REIS - Obriga os hospitais e clínicas da rede Pública e Privada em todo o território nacional a adotarem medidas preventivas, tornando obrigatório um cartão de identificação com foto de todos os funcionários e prestadores de serviços. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2003 da CSSF, e pela rejeição do PL 2456/2003, apensado. Em 03/05/06.
PL-4145/2004	MARCOS ABRAMO - Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, tornando permanente o crime previsto no artigo 237 dessa mesma lei. Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Zelinda Novaes (PFL-BA), pela aprovação,

- PL-5759/2005** com substitutivo. Em 03/05/06.
LAURA CARNEIRO - Proíbe a morte presumida como causa de término da sociedade conjugal.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Celcita Pinheiro (PFL-MT), pela aprovação. Em 03/05/06.
- PL-5764/2005** LAURA CARNEIRO - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos laboratórios farmacêuticos em procederem a diferenciação tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis que possam causar a morte e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Rafael Guerra (PSDB-MG), pela aprovação. Em 03/05/06.
- PL-6183/2005** LAURA CARNEIRO - Institui a Lista de Remédios Essenciais à Preservação da Vida dos Idosos e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Sandra Rosado (PSB-RN), pela aprovação. Em 03/05/06.
- PL-2297/2003** NEUCIMAR FRAGA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas.
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer com Complementação de Voto, Dep. Dr. Francisco Gonçalves (PPS-MG), pela aprovação deste, e do PL 4373/2004, apensado, com substitutivo. Em 10/05/06.
- PL-2418/2003** PAUDERNEY AVELINO - Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Angela Guadagnin (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/05/06.
- PL-2466/2003** LÚCIA BRAGA - Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem mulheres e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer com Complementação de Voto, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, e do PL 3122/2004, apensado, com substitutivo. Em 10/05/06.
- PL-3715/2004** ADELOR VIEIRA - Dispõe sobre a permissão de acesso aos seus clientes, às cozinhas dos estabelecimentos fornecedores de refeições em todo Território Nacional.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação, com emenda. Em 10/05/06.
- PL-4121/2004** CARLOS NADER - "Institui o Sistema de Comunicação, Cadastro e Atendimento Psicológico e Social aos pais de crianças e adolescentes desaparecidos e dá outras providências."
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Celcita Pinheiro (PFL-MT), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5001/2005, apensado. Em 10/05/06.
- PL-5334/2005** JOSÉ ROBERTO ARRUDA - "Fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar,

- vernizes e materiais similares e dá outras providências."
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Sandra Rosado (PSB-RN), pela aprovação deste, da Emenda de Relator 1 da CDEIC, da Emenda de Relator 2 da CDEIC, da Emenda de Relator 3 da CDEIC, e da Emenda de Relator 4 da CDEIC. Em 10/05/06.
- PL-5397/2005** IVO JOSÉ - Acrescenta a Seção VI-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proteger trabalhadores em atividades sob radiação solar.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Maninha (PT-DF), pela aprovação. Em 10/05/06.
- PL-6243/2005** SANDRA ROSADO - Acrescenta inciso ao art. 473 da CLT, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PFL-RJ), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/05/06.
- PL-6283/2005** CELCITA PINHEIRO - Altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PFL-RJ), pela aprovação. Em 10/05/06.
- PL-6494/2006** SANDRA ROSADO - Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PFL-RJ), pela aprovação. Em 10/05/06.
- PL-5726/2005** JOSÉ LINHARES - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Jorge Gomes (PSB-PE), pela aprovação. Em 17/05/06.
- PL-6672/2002** VANESSA GRAZZIOTIN - Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos através do controle eletrônico por códigos de barra.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com cinco emendas. Em 24/05/06.
- PL-1658/2003** ALBERTO FRAGA - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Manato.**
Parecer Vencedor, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela rejeição. Em 24/05/06.
- PL-1737/2003** MANINHA - Dispõe sobre a profissão de Técnico em Nutrição e Dietética, regula o seu exercício, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Thelma de Oliveira (PSDB-MT), pela aprovação, com emenda. Em 31/05/06.
- PL-3120/2004** EDSON EZEQUIEL - "Estabelece o fornecimento periódico de um Kit

- de saúde dentária, aos alunos da rede pública de educação fundamental, e dá outras providências."
- Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Angela Guadagnin. Parecer do Relator, Dep. Jorge Gomes (PSB-PE), pela aprovação deste, da Emenda de Relator 1 da CEC, e da Emenda de Relator 2 da CEC. Em 31/05/06.**
- PL-3761/2004** WILSON SANTOS - Cria o Fundo Nacional de Prevenção e de Combate ao Alcoolismo, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Dr. Rosinha. Parecer do Relator, Dep. José Linhares (PP-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 31/05/06.**
- PL-4427/2004** PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO - Dá nova redação ao inciso II do artigo 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.
- Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Angela Guadagnin. Parecer do Relator, Dep. Jorge Gomes (PSB-PE), pela aprovação, com substitutivo. Em 31/05/06.**
- PL-5971/2005** SENADO FEDERAL - IRIS DE ARAÚJO - Altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PFL-RJ), pela aprovação. Em 21/06/06.**
- E.M.S ao PL-1300/1999** ANGELA GUADAGNIN - Acrescenta parágrafos ao art. 260 da Lei nº 8.069 (ECA), de 13 de julho de 1990.
- Nova ementa: "Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente."
- Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Roberto Gouveia, pela rejeição da EMS 4089/1998. Aprovada em 12/07/06.**
- PL-5993/2005** SENADO FEDERAL-ADEMIR ANDRADE - Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para permitir a retirada, pelo Sistema Único de Saúde, de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não-autorizadas a realizar transplantes.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Dr. Francisco Gonçalves (PPS-MG), pela aprovação. Em 12/07/06.**
- PLP-330/2006** MENDES RIBEIRO FILHO - Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público policial, nos termos do artigo 40, §4º, inciso III, da Constituição Federal, conforme redação da Emenda Constitucional, nº 47, de 05 de julho de 2005.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela aprovação. Em 12/07/06.**
- PL-2716/2003** SILAS BRASILEIRO - Institui o Programa Nacional de Defesa Biológica e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Telma de Souza (PT-SP), pela aprovação,**

- PL-5028/2005** CABO JÚLIO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e estabelecimentos similares criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedarem no estabelecimento, e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Amauri Gasques (PL-SP), pela aprovação deste, e do PL 5708/2005, apensado, com substitutivo. Em 08/11/06.
- PL-5252/2005** SENADO FEDERAL - MAGUITO VILELA - Institui o Dia Nacional da Alimentação.
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer da Relatora, Dep. Celcita Pinheiro (PFL-MT), pela aprovação. Em 08/11/06.
- PL-5626/2005** MARIÂNGELA DUARTE - Altera o valor da pensão mensal concedida a Orlando Lovecchio Filho pela Lei nº 10.923, de 22 de julho de 2004.
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer da Relatora, Dep. Telma de Souza (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo. Em 08/11/06.
- PL-3355/2004** JÚLIO REDECKER - Dispõe sobre a criação de programa de financiamento de próteses e equipamentos especiais para deficientes físicos.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 4749/2005, e do PL 5955/2005, apensados. Em 29/11/06.
- PL-4569/2004** CARLOS NADER - "Institui medidas com o objetivo de facilitar a busca e a localização de pessoas desaparecidas e dá outras providências."
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PPS-MS), pela aprovação. Em 29/11/06.
- PL-5461/2005** CAPITÃO WAYNE - PL - Modifica a redação do artigo 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069, de 13 de julho de 1990
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação. Em 29/11/06.
- PL-3271/2004** RENATO CASAGRANDE - Acrescenta parágrafos 5º e 6º ao artigo 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Dr. Ribamar Alves (PSB-MA), pela aprovação, com emenda. Em 06/12/06.
- PL-4699/2004** IVAN PAIXÃO - Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de violência por toda a rede de serviços de saúde existente no Brasil.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Guilherme Menezes (PT-BA), pela aprovação deste, com substitutivo. Em 06/12/06.
- PL-6520/2006** LAURA CARNEIRO - Dispõe sobre as atividades de redução de danos entre usuários de drogas endovenosas, visando prevenir a transmissão de doenças, e dá outras providências.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Rafael Guerra (PSDB-MG), pela aprovação. Em 06/12/06.
- PL-6602/2006** JANDIRA FEGHALI - Altera a Lei 9.434, de 04 fevereiro de 1997.

- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Teté Bezerra (PMDB-MT), pela aprovação. Em 06/12/06.
- PL-7424/2006** PODER EXECUTIVO - Concede, a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da União, pensão especial a dependente de Roberto Vicente da Silva.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 06/12/06.
- PL-5068/2001** PODER EXECUTIVO - Dá nova redação ao inciso III, do art.17, da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que instituiu a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, do PL 5383/2001, do PL 6783/2002, do PL 2608/2003, e do PL 3920/2004, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5832/2005, apensado. Em 13/12/06.
- PL-1741/2003** EDUARDO BARBOSA - Acrescenta parágrafo único ao artigo 30 da Lei nº 8.935, de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento aos deficientes visuais.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer da Relatora, Dep. Selma Schons (PT-PR), pela aprovação. Em 13/12/06.
- PL-3547/2004** JOÃO HERRMANN NETO - Dispõe sobre a divulgação de dietas alimentares na mídia.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Vanderlei Assis (PP-SP), pela aprovação. Em 13/12/06.
- PL-5239/2005** HENRIQUE AFONSO - Dispõe sobre obrigatoriedade de dispositivo de identificação tátil em cartões plásticos para todos os fins.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.**
Parecer do Relator, Dep. Colbert Martins (PPS-BA), pela aprovação deste, e da Emenda de Relator 1 da CDEIC. Em 13/12/06.
- PL-5323/2005** CORONEL ALVES - Estabelece a obrigatoriedade das farmácias e ervanárias a incluírem bula em seus medicamentos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Vanderlei Assis (PP-SP), pela aprovação. Em 13/12/06.
- PL-5356/2005** ROBERTO GOUVEIA - Dispõe sobre embalagem de medicamentos genéricos isentos de prescrição médica.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Mário Heringer (PDT-MG), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2005 da CSSF. Em 13/12/06.
- PL-6313/2005** MANINHA - Dispõe sobre os requisitos essenciais dos implantes cirúrgicos, estabelece a notificação compulsória das falhas detectadas em implantes e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Colbert Martins (PPS-BA), pela aprovação. Em 13/12/06.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela

aprovação. Em 13/12/06.

2 PROJETOS REJEITADOS

- PL-428/2003** PAES LANDIM - Dispõe sobre trabalho sem vínculo empregatício e a contribuição previdenciária sobre ele incidente.
Rejeitada em 21/02/06.
- PL-5374/2005** CARLOS NADER - "Dispõe sobre o acolhimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - que necessitam de tratamento em local diverso de seu domicílio."
Rejeitada em 21/02/06.
- PL-4065/2004** CARLOS NADER - "Estabelece normas para a realização de promoções em estabelecimentos destinados à venda de fármacos e derivados e dá outras providências."
Rejeitada em 08/03/06.
- PL-4133/2004** DAMIAO FELICIANO - Cria a "Bolsa-Medicamento", no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Rejeitada em 08/03/06.
- PL-4210/2004** DR. HELENO - Institui programa visando a criação de Centros de Referência para o tratamento gratuito dos portadores de Esclerose Múltipla, e dá outras providências.
Rejeitada em 08/03/06.
- PL-139/1999** ALBERTO GOLDMAN - Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", modificando dispositivos que dispõem sobre direitos conferidos pela patente e a concessão de licença compulsória.
Rejeitada em 29/03/06.
- PL-7463/2002** ENI VOLTOLINI - "Dispõe sobre a assistência à saúde das presidiárias, acrescentando parágrafo ao artigo 43 da Lei nº. 7.210, de 1984".
Rejeitada em 12/04/06.
- PL-880/2003** EDUARDO CUNHA - Dispõe sobre as compras de remédios e equipamentos de saúde pela União.
Rejeitada em 12/04/06.
- PL-1300/1999** ANGELA GUADAGNIN - Acrescenta parágrafos ao art. 260 da Lei nº 8.069 (ECA), de 13 de julho de 1990. Nova ementa: "Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente."
Rejeitadas às Emendas Senado - EMS 1300/1999.
Em 12/07/06.
- PL-1552/1999** MARCOS DE JESUS - Institui a Casa da Mãe Solteira em todas as capitais brasileiras e dá outras providências.
Rejeitada em 03/05/06.
- PL-2414/1991** DELCINO TAVARES - Dispõe sobre indicação de composição química no rótulo ou embalagem de produtos alimentícios industrializados.
Rejeitada em 03/05/06.
- PL-2460/2000** LUIZ BITTENCOURT - Proíbe o uso de aparelhos telefônicos celulares em hospitais e clínicas médicas públicas e privadas do País.
Rejeitada em 03/05/06.
- PL-3447/2004** CARLOS NADER - "Dispensa, do pagamento de passagens de transportes interestadual, para mulheres grávidas, nas condições em que estabelece."
Rejeitada em 03/05/06.
- PL-4110/2004** CARLOS NADER - "Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de testes sorológicos para o diagnóstico da infecção pelo HTLV e seu

	tratamento pelos hospitais públicos. " Rejeitada em 10/05/06.
PL-4193/2004	PASTOR REINALDO - Acrescenta artigo ao Novo Código Civil dispondo sobre regime de bens de conjugação de esforços. Rejeitada em 10/05/06.
PL-1658/2003	ALBERTO FRAGA - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Rejeitada em 24/05/06.
PL-1097/2003	BERNARDO ARISTON - Obriga os restaurantes e similares a registrarem o valor calórico e a informação nutricional dos alimentos à venda em cardápios e dá outras providências. Rejeitada em 31/05/06.
PL-3870/2004	RENATO CASAGRANDE - Cria a Profissão de Agente de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Rejeitada em 31/05/06.
PL-4307/2004	SENADO FEDERAL - MOZARILDO CAVALCANTI - Dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos. Rejeitada em 21/06/06.
PL-4517/2004	ALEXANDRE CARDOSO - Altera os arts. 98 e 99 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 10 da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. Rejeitada em 21/06/06.
PL-6043/2005	CARLOS NADER - Dispõe sobre ações de prevenção à gravidez precoce e de atendimento à adolescente grávida. Rejeitada em 21/06/06.
PL-1952/2003	WELLINGTON ROBERTO - Dispõe sobre a elevação para dezoito por cento a alíquota da CSLL devida pelas instituições financeiras. Rejeitada em 12/07/06.
PL-2111/2003	CARLOS NADER - Modifica dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Rejeitada em 08/11/06.
PL-3235/2004	MARCOS DE JESUS - Dispõe sobre a criação de farmácias comunitárias e dá outras providências. Rejeitada em 08/11/06.
PL-4737/2004	CARLOS NADER - "Cria o Programa de Restaurantes Populares e dá outras providências." Rejeitada em 08/11/06.
PL-5073/2005	CARLOS NADER - Dispõe sobre a indicação, nas embalagens de produtos alimentícios, do prazo em que devem ser consumidos depois de abertos, e dá providências correlatas. Rejeitada em 08/11/06.
PL-6197/2005	DR. HELENO - Incluir, no Teste do Pezinho, o diagnóstico da Deficiência da Biotinidase em todas as Unidades Neonatais pertencentes ou conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Rejeitada em 08/11/06.
PL-916/2003	EDUARDO CUNHA - Dispõe sobre a disponibilização do percentual de 1% de alíquota do IPI e do IR para aplicação em programas de alimentação para a população carente e/ou desempregados no País. Rejeitada em 29/11/06.
PL-1050/2003	ANDRÉ LUIZ - Dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta de utensílios descartáveis pelo comércio de alimentação e bebidas e dá outras

	providências. Rejeitada em 29/11/06.
PL-1679/2003	LUCIANO LEITOA - Faculta a implantação de postos de Varas da Infância e Juventude em aeroportos internacionais, acrescentando dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Rejeitada em 29/11/06.
PL-2060/2003	MANINHA - Dispõe sobre a criação do Sistema de Pensão Protegida e de Lares Abrigados, da sua adoção pelo Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. Rejeitada em 29/11/06.
PL-3928/2004	CLÓVIS FECURY - Dispõe sobre a contribuição para assistência médico - hospitalar e social do militar. Rejeitada em 29/11/06.
PL-4116/2004	CARLOS NADER - "Dispõe sobre a reserva de vagas para idosos nos estacionamentos públicos e privados." Rejeitada em 29/11/06.
PL-4332/2004	ADELOR VIEIRA - Institui o "Tíquete Saúde" em todo o Território Nacional. Rejeitada em 29/11/06.
PL-4384/2004	CELCITA PINHEIRO - Dispõe sobre a concessão de alvará de funcionamento, pela Vigilância Sanitária, às instituições de atendimento aos idosos e dá outras providências. Rejeitada em 29/11/06.
PL-4408/2004	ENIO BACCI - Institui o PROGRAMA DE INCENTIVO aos doadores de órgãos em vida. Rejeitada em 29/11/06.
PL-4821/2005	CARLOS NADER - Dispõe sobre financiamento às associações de aposentados, pensionistas e idosos para aquisição de ônibus, micro ônibus e vans, e dá outras providências. Rejeitada em 29/11/06.
PL-5278/2005	VANESSA GRAZZIOTIN - Dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde das mulheres no Climatério e dá outras providências. Rejeitada em 29/11/06.
PL-5734/2005	ILDEU ARAUJO - Dispõe sobre o fornecimento gratuito de medicamentos destinados ao tratamento da disfunção erétil. Rejeitada em 29/11/06.
PL-5934/2005	MARCELO TEIXEIRA - Estabelece a gratuidade do fornecimento de passaporte a quem se declarar pobre na forma da lei e dá outras providências. Rejeitada em 29/11/06.
PL-5938/2005	HENRIQUE AFONSO - Dispõe sobre reembolso de despesas incorridas por portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus para a compra de produtos "diet" e "light". Rejeitada em 29/11/06.
PL-6093/2005	CARLOS NADER - "Dispõe sobre a criação de Programa de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata e dá outras providências." Rejeitada em 29/11/06.
PL-6195/2005	CARLOS NADER - Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de atendimento de primeiros socorros nas rodovias federais de todo o Território Nacional. Rejeitada em 29/11/06.
PL-6299/2002	SENADO FEDERAL - BLAIRO MAGGI - Altera os arts 3º e 9º da Lei

nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-214/2003 JOSÉ DIVINO - Cria o projeto ambulância sobre duas rodas em todo Território Nacional e dá outras providências.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-1316/2003 MAX ROSENMAN - Dispõe sobre Atestado de Saúde.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-3339/2004 CARLOS NADER - Altera a Lei nº 6.009, de 1973, para dispor sobre o repasse de parte da receita arrecadada com a cobrança de tarifa de embarque nos aeroportos para fundo destinado a custear as despesas do Sistema Único de Saúde - SUS com deslocamento aéreo de pacientes que necessitem de tratamento fora de seu domicílio.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-4248/2004 CARLOS NADER - "Dispõe sobre a criação do Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Oficial de Educação Pública e dá outras providências."

Rejeitada em 06/12/06.

PL-4470/2004 JORGE PINHEIRO - Dispõe sobre o atendimento a emergências em faculdades e universidades, públicas ou privadas.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-4823/2005 CARLOS NADER - Determina que as embalagens e os tubos de cremes dentais contenham informações que especifica, e fixa outras providências.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-4929/2005 CARLOS NADER - "Dispõe sobre a arrecadação de alimentos para os programas de combate à fome e dá outras providências."

Rejeitada em 06/12/06.

PL-5295/2005 CARLOS NADER - "Determina que as instituições bancárias, encaminhem agentes para verificarem nas residências dos seus clientes, impossibilitados fisicamente de comparecerem às agências, a condição de saúde dos mesmos, para efeito de recebimento de benefício previdenciário."

Rejeitada em 06/12/06.

PL-5528/2005 CARLOS SOUZA - Institui contribuição previdenciária especial para os Municípios.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-5673/2005 CARLOS NADER - "Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, atendida em serviços de urgência e emergência de unidades de saúde das redes públicas e privadas, e dá outras providências.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-5743/2005 PAULO PIMENTA - Altera a redação do art. 3 da Lei nº 7.678, de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Rejeitada em 06/12/06.

PL-5748/2005 CARLOS NADER - "Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas e as indústrias, que utilizam ou manipulam produtos tóxicos ou nocivos à saúde, disponibilizarem para seus funcionários instalações sanitárias com local para banho, e dá outras providências."

Rejeitada em 06/12/06.

PL-5822/2005 CARLOS NADER - Institui o Programa de Hemoglobinopatias e dá

	outras providências. Rejeitada em 06/12/06.
PL-5823/2005	CARLOS NADER - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de vigilância com registro de imagens (circuito fechado de TV) nos hospitais e maternidades públicas e conveniadas ao Sistema Único de Saúde - SUS. Rejeitada em 06/12/06.
PL-5978/2005	CARLOS NADER - "Concede isenção do pagamento de taxas relativas à renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), às pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências." Rejeitada em 06/12/06.
PL-5980/2005	CARLOS NADER - "Cria o Programa de Geração de Empregos a portadores de deficiências e dá outras providências." Rejeitada em 06/12/06.
PL-6208/2005	HENRIQUE AFONSO - Dispõe sobre o atendimento prioritário ao morador de área rural nas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde. Rejeitada em 06/12/06.
PL-6209/2005	CARLOS NADER - Tornam obrigatório o atendimento domiciliar aos portadores de doenças graves, impossibilitados de comparecerem aos hospitais e postos de saúde. Rejeitada em 06/12/06.
PL-6211/2005	CARLOS NADER - Dispõe sobre a obrigatoriedade de aulas de primeiros socorros a cada seis meses nas escolas públicas de ensino médio e fundamental em todo o Território Nacional. Rejeitada em 06/12/06.
PL-6682/2006	SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Rejeitada em 06/12/06.
PL-6968/2006	CARLOS NADER - Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames médicos para detectar precocemente doenças ou restrições alimentares, em todos os alunos do ensino fundamental de todo o território nacional. Rejeitada em 06/12/06.
PL-6227/2002	AUGUSTO NARDES - Dispõe sobre a regulamentação da atividade do trabalhador diarista e cria o Comprovante de Pagamento de Diarista - COMPADI. Rejeitada em 13/12/06.
PL-7416/2002	VALDEMAR COSTA NETO - Institui percentual de participação de deficientes físicos no quadro funcional de empresas constituídas para operação, manutenção e exploração de rodovias por meio de pedágio. Rejeitada em 13/12/06.
PL-507/2003	ALMIR MOURA - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentando § 6º ao art. 30, a fim de modificar a sistemática de recolhimento das contribuições previdenciárias a cargo da empresa. Rejeitada em 13/12/06.
PL-4270/2004	HENRIQUE AFONSO - Altera a redação do § 13 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para excluir da incidência da contribuição previdenciária os valores despendidos pelas entidades religiosas na prestação de serviços religiosos. Rejeitada em 13/12/06.
PL-4482/2004	ENIO BACCI - Estabelece normas para fiscalização de poços artesianos e dá outras providências.

PL-4688/2004	Rejeitada em 13/12/06. MILTON CARDIAS - Dispõe sobre o serviço voluntário na construção de templos religiosos. Rejeitada em 13/12/06.
PL-4773/2005	ALBERTO FRAGA - Proíbe a importação, a produção e a venda de medicamentos similares, e dá outras providências. Rejeitada em 13/12/06.
PL-5075/2005	CARLOS NADER - Dispõe sobre a destinação de espaço físico para o desenvolvimento de atividades comunitárias e de promoção à saúde, nas unidades de saúde que especifica, e dá outras providências. Rejeitada em 13/12/06.
PL-5339/2005	ANDRÉ FIGUEIREDO - Dispõe sobre a não-incidência da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - CPMF sobre a movimentação de contas bancárias destinadas exclusivamente ao depósito de salários, remuneração de servidores públicos, soldos, proventos de aposentadoria ou de pensionistas e de benefícios previdenciários, alterando a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996. Rejeitada em 13/12/06.
PL-5785/2005	MANINHA - Altera o caput do artigo 6º e o artigo 7º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 e dá outras providências. Rejeitada em 13/12/06.
PL-6551/2006	CHICO SARDELLI - Altera os art. 9º e 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no tocante à concessão do registro e do certificado de entidade de fins filantrópicos. Rejeitada em 13/12/06.
PL-6763/2006	CARLOS NADER - Torna obrigatória a afixação de placas de identificação afixada nos leitos dos hospitais da rede pública e privada, de todo o Território Nacional. Rejeitada em 13/12/06.
PL-6878/2006	ADELOR VIEIRA - Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para isentar as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e qualificadas legalmente como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, do pagamento de tarifas bancárias. Rejeitada em 13/12/06.
PL-6957/2006	ANDRÉ COSTA - Concede isenção do pagamento de contribuição previdenciária e dá outras providências. Rejeitada em 13/12/06.

V. EMENDAS DA COMISSÃO

1. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

EML 1 2006 - *Programa:* Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres. *Ação* - 0911 – Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. *Desafio:* Promover a redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização das diferentes identidades. – Meta: 1.500 Un.

EML 2 2006 - *Programa:* Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres *Ação* - 2272 – Gestão e Administração do Programa. *Desafio:* Promover a redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização das diferentes identidades – Meta: 1 Un.

EML 3 2006 - *Programa:* Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres. *Ação* - 6812 – Capacitação de Agentes para Prevenção e atendimento de mulheres em Situação de Violência. *Desafio:* Promover a redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização³³

das diferentes identidades – Meta: 1.500 Un.

EML 4 2006 - *Programa:* Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravo. *Ação* – 6175 – Atenção à Saúde da Mulher. *Desafio:* Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à Seguridade Social (Saúde Previdência e Assistência Social) – Meta: 61.742.752 Un.

EML 5 2006 - *Programa:* Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres *Ação* - 0790 – Apoio a Abrigos para Mulheres em Situação de Risco. *Desafio:* Promover a redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização das diferentes identidades – Meta: 2.500 Un.

2. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

EMO 1 2006 - Acréscimo - 36901 – Fundo Nacional de Saúde - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia – valor: 300 milhões de reais.

EMO 2 2006 - Inclusão - 615 – Manutenção de Unidade de Saúde - Apoio à manutenção de Hospitais Filantrópicos – valor: 500 milhões de reais.

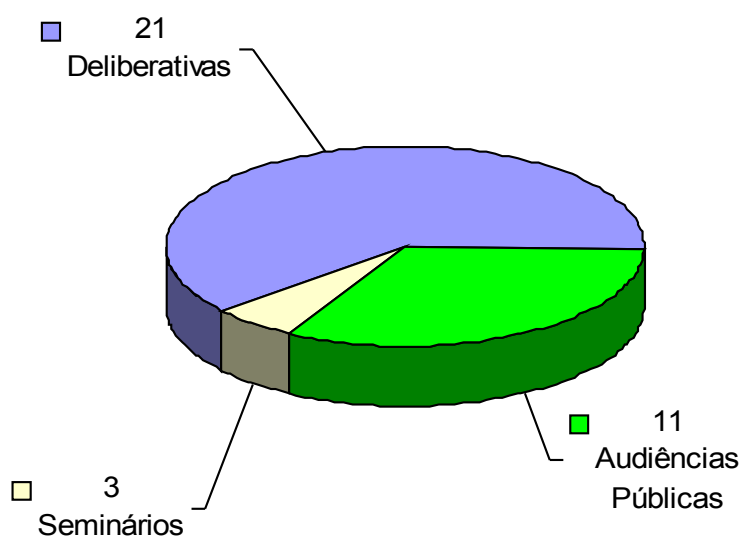
EMO 3 2006 - Acréscimo - 36901 – Fundo Nacional de Saúde - Atenção à Saúde da população nos municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados habilitados em Gestão Plena/Avançada – valor: 1 bilhão e 300 milhões de reais.

EMO 4 2006 - Acréscimo - 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social - Serviço de Proteção Social Básico – valor: 150 milhões de reais.

EMO 5 2006 - Acréscimo - 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social - Serviço de Proteção Social Especial – valor: 30 milhões de reais.

VI. GRÁFICOS

REUNIÕES REALIZADAS



Obs. Proposições estão inclusas as apensadas

PROPOSIÇÕES

